

Educação e Poder Popular*

A Educação Popular é a aranha que tece a teia do Poder Popular. A baba que dá a consistência necessária a essa teia, é o Diálogo. Quanto mais se fala em Diálogo, menos ele existe. Menos se dialoga. A baba da aranha ninguém a ver. Só se ver quando já é teia, rede, trabalho efetivo e visível. Igualmente o Diálogo dispensa propaganda. Se ele existe, logo e naturalmente é notado. A educação Popular é identificada por sua intencionalidade política, que, por sua vez, se manifesta na metodologia adotada e na concepção metodológica na qual se expressa. É crítica e criticizante, mas não é fóbica nem raivosa. Antes, vive e promove a vivência da indignação, da justa ira fundada na negação do “Ser Mais”. (Freire, 2002, p. 79) Porque sua visão crítica e suas utopias se alimentam da esperança. Exige diretividade. Sem visão e ação coletivas, amplas e fortalecidas, não pudemos falar de Educação Popular, portanto não estamos no caminho do Poder Popular. E a condição irrenunciável para se construir coletivos fortes é a construção de individualidades livres e fortes. Respeito incondicional às individualidades. Do direito à palavra, à expressão livre do pensamento.

O Poder Popular não é algo que tenha data marcada para ser lançado, tampouco para acontecer, como muitas vezes vemos nas entrelinhas e palavras. É algo ao mesmo tempo impossível e inevitável. Impossível ou cheia de impossibilidades ela se torna enquanto ficamos presos a conceitos superados, alimentamos e repetimos idéias mofadas e nos bastamos no excesso de certezas. Quando fazemos perguntas que não interessam e damos respostas às perguntas não feitas. Enquanto só falamos da contradição e vivemos e praticamos a incoerência. Enquanto confundimos individualidades com individualismos. Inevitável é o seu nome, mas carece de um sobrenome, ousadia. Está diretamente ligada à capacidade da sociedade institucional e politicamente organizada de se expressar. Está também ligada à capacidade das lideranças de suicidarem-se como classe burguesa, dominante, (Freire, 1984, p. 123). Está após a democratização do Estado, inserida nela e também está dentro do Estado.

Se pensarmos o Poder Popular como algo pós Estado, como algo que vai finalmente destruir o Estado, estaremos no campo das heresias, das alucinações “anárquicas” que queimam as esperanças construídas. Não existe em lugar nenhum sob o sol que nos aquece, exemplos já vividos que sirvam, por si só, de “modelo” de Estado autônomo, democrático, livre e soberano, de Poder Popular. De socialismo se quiser. O que vier, a ser, atendendo a essas exigências, será algo novo e construído de novo

material. Existem em cada ponto da terra, em cada tentativa já feita de construção democrática, sinais que apontam para um horizonte. Ainda fragmentados, é verdade, mas existem. Agora, por outro lado, isso é verdade, todas as experiências já feitas pela humanidade, trouxeram e trazem importantes contribuições para a construção da hegemonia, do bloco histórico, (Gramsci, 2000, p, 65), que fará essa transição. Mesmo aquelas que significaram no momento em que aconteceram, um retrocesso nos direitos humanos fundamentais. Nas liberdades, nos princípios e no anseio humano por ser feliz. As ditaduras tão freqüentes e “comuns”, até pouco tempo na América latina, são exemplos disso.

Não existe também que se saiba, ou que se possa crer, nada gestado ou em gestação, que substitua o Estado no governo da vida e do mundo. Ao contrário, os marcos legais, os avanços, sobretudo científicos e tecnológicos que modernizam as gestões, as administrações, têm fortalecido o papel da instituição Estado no governo dos povos e nações. Portanto, a grande conquista rumo ao Poder Popular, à sociedade democrática e soberana, foi à construção do Estado. Isso não nega e nem quer negar a ideologização dele, sobretudo da educação, sua organização a partir de interesses específicos, de uma única classe social, (Vieira Pinto, 1997, p. 77), que o coloca frequentemente como o maior limite aos anseios das liberdades democráticas e do Poder Popular. Construir o Poder Popular e, portanto, conseguir um Estado soberano, que dialoga e se constrói com outros Estados, democráticos e soberanos, política e socialmente e, por tudo isso, humano, constitui-se um feito único e simultâneo.

Tanto este Estado real, como este Poder Popular, idealizado, utópico, que existem, até se conhecem, mas se confrontam, só serão plenificados pela e com a Educação Libertadora, dialógica, esperançosa, que supera o ser menos e construtora do Ser Mais, (Freire, 2006, p.109). E uma educação assim, só pode ser a que aprendemos, sobretudo com Paulo Freire, como Educação Popular. Grosso modo, é o que seria hoje a educação que aí está, nas escolas, nas igrejas e nas universidades. Só que, curada de algumas patologias, como: os fundamentalismos, sobretudo ideológicos; as arrogâncias, sobretudo a intelectual; as prepotências, sobretudo a do corporativismo. Vacinada com a vacina da participação popular, contra as exclusões de classe, por exemplo, contra os “guetos” que caracterizam, sobretudo as instituições públicas. Já que as privadas se resumem a mercados, grandes shopping centers que vendem cursos e diplomas, logicamente a quem pode pagá-los. Preferencialmente em dia. Para isto, que fique claro, a educação, assim como seus instrumentos essenciais, os livros, todo o material

didático, inclusive a mão e obra dos (as) profissionais da educação, são mercadorias. Com exceção da mão obra, são cada vez mais valorizados e inacessíveis à maioria.

A discussão sobre Educação Popular, não é nova e nem é ainda suficientemente séria. Quem a faz, via de regra, ainda tem mais medo dela que convicção de sua eficácia. De sua necessidade. Alimenta mais fantasias que verdadeiras utopias. Predomina ainda a visão de algo para os outros, muitas vezes para os pobres e oprimidos, já que estes últimos se tornaram o grande “chavão” slogan preferido e quase moda. Basta olharmos para o nosso entorno e nos perguntarmos: quais as entidades, instituições e projetos do campo popular, dos movimentos sociais, que, a partir de suas próprias gestões, de seus métodos e valores, de seu dia a dia, fazem efetivamente Educação Popular? Que praticam com elas mesmas o que falam e escrevem? Planejamentos participativos, gestões compartilhadas, avaliações não punitivas? Quantas experiências nós conhecemos de participação coletiva que vão além do quadro de uma instituição? Quando muito chegam à recepção, porque a cozinha, a portaria e o quintal, nem entram na pauta. Isto nada tem que ver com a Educação Popular em si, mas com a coragem, a ousadia e subversão implícitas se não explícitas nesta prática educativa. Isto tem que ver com a cultura autoritária e centralizadora da sociedade. As experiências que vivi me levam a constatar o que diz Paulo Freire, os problemas pedagógicos são, sobretudo ideológicos e políticos, (Freire, 1984, p. 166). Tem que ver com a capacidade das lideranças de construir relações humanas e humanizantes. Tem que ver com uma categoria central na Educação Popular, a contradição. Esta como referência fundamental do ponto de partida da ação libertadora e revolucionária a que se propõe a Educação Popular crítica e dialética, a realidade, é frequentemente resumida às incoerências. A incoerência é por si só um mal, um desvio de conduta. Deve ser combatida e evitada a qualquer custo. E isto exige diretividade, coragem para correr os riscos que a mudança exige, (Freire, 2004, p.95). A contradição, pelo contrario, como elemento de ligação ou de passagem de uma visão ingênua para uma visão crítica, deve ser buscada, conhecida e explicitada. Sem dogmas, sem medos e sem preguiça.

Ocorre que com frequência, temos uma visão equivocada do processo educativo. Excluímos o ato da reflexão do ato da ação educativa. Apenas pensamos, mas não refletimos sobre a ação já feita, a que estamos fazendo ou que planejamos fazer, (Furter, 1968, p.28). Você bem que poderia dizer, mas a aranha também não reflete sobre a teia que constrói! De fato, eu diria, mas ela também não se questiona sobre se a teia que ela teceu antes é melhor ou pior que a tecida agora; se seus ancestrais faziam melhor que

ela; se a tecnologia por eles usada lhes permitia ou não fazer o que ela faz do jeito que o faz. Estamos evidentemente falando de uma especificidade humana, (Freire, 2004, p. 93). A educação, a reflexão é um ato político e racional, apenas possível aos seres humanos. A aranha não constrói escola para ensinar a seus filhos a arte de tecer a teia. A educação exige ética, “decência e boniteza de mãos dadas”, (ibidem, p 39). A Educação Popular, como a aranha que tece a teia do Poder Popular, como afirmamos aqui, exige do (a) educador (a) tanto a ética na ação como a estética na postura e na forma. E a isso só se chega unindo a ação e a reflexão sobre esta mesma ação. Exige ir além da tomada de consciência e chegar à conscientização, (Freire, 2006, p. 104). É tudo isto que torna o diálogo essa baba que dá a liga e a consistência da teia, o Poder Popular. Que exige a esperança como sinal das utopias que ela comporta.

Para que fique sempre claro, e mais uma vez recorrendo a Pierre Furter, queremos fazer a necessária distinção entre atitude utópica e pensamento utópico, (Furter, 1979, p,36). O pensamento utópico, sobretudo, o pensamento do pensamento utópico, muitas vezes se resume a um “radicalismo esquerdista”, (ibidem, p. 39), que mais parece uma fuga da história e da realidade. É muito verborrágico e pouco ou nada transformador. Assim, reafirmamos, é ilusão vendida sem nota, no mercado dos corredores. É a utopia “dos jardins”, (ibidem, p. 44), improvisada nos quintais de concreto. Falamos de Educação Popular e Poder Popular, como utopias. “*A utopia é um pensar no tempo*”, (ibidem, p.41). ‘*A Utopia é uma maneira de preparar a opinião pública para certas realidades possíveis*’, (ibidem, p. 42). Tem suas raízes nas origens de um ser insatisfeito – humano - e de um mundo inacabado, (ibidem, p. 45). Mas, apesar disto e por isto mesmo, é um ser e um lugar de esperança.

Considerações Finais;

Temos tanto no Brasil como na América latina, conquistado importantes passos na direção do Poder Popular. Mudanças significativas no Estado opressor e submisso como condições básicas de sustentação. Opressor do povo pobre e nativo e submisso aos Estados Nações “desenvolvidos”. Há sinais visíveis que apontam para certo nível de democratização política e começam também sinais de soberania dos Estados nações latinoamericanos. Processos educativos começam a se instalar entre eles e internamente já se pode ver a autoestima sendo resgatada. Porém, como dizemos, são sinais. É preciso um processo de mudanças, a partir das lideranças, morrerem como classe dominante para re-nascem como revolucionários. O primeiro passo foi dado e depois que a gente dá o primeiro passo, caminhar é uma questão de tempo. E de esforço, claro.

Curitiba, 30 de Janeiro de 2011.

* João Ferreira Santiago. É Teólogo, Mestrando em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica de Curitiba. Poeta e Militante. É autor do livro “O Menino do Cariri – O Poeta de Brasil” – entre outros. <http://poetaemilitante.blog.terra.com.br>; poesiaemilitancia@yahoo.com.br (41) 9865-7349.

Para aprofundar sugerimos as seguintes obras.

Bibliografia:

- FREIRE, Paulo. Conscientização. São Paulo. 3 ed. Centauro. 2006;
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. MST. 2004;
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 44 ed. São Paulo. Paz e Terra. 2006;
- FREIRE, Paulo. Cartas à Guiné-Bissau. 4 ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1984;
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Indignação. 7 ed. São Paulo. UNESP. 2000;
- GRAMSCI, Antonio. O Conceito de Hegemonia em Gramsci. 4 ed. GRAAL. 2000;
- PINTO, Vieira Alves. Sete Lições sobre Educação de Adultos. 10 ed. São Paulo. Cortez. 1997;
- FURTER, Pierre. Educação e Reflexão. 2 ed. Petrópolis. Vozes. 1968